



Diário da Justiça Eletrônico

Poder Judiciário de Pernambuco



Ano VIII Edição nº 22/2016

Recife - PE, terça-feira, 2 de fevereiro de 2016

Disponibilização: 01/02/2016

Publicação: 02/02/2016

Presidente:

Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

Primeiro Vice-Presidente:

Des. Leopoldo de Arruda Raposo

Segundo Vice-Presidente:

Des. Fernando Eduardo de Miranda Ferreira

Corregedor Geral da Justiça:

Des. Eduardo Augusto Paurá Peres



Composição do TJPE

Des. Jones Figueirêdo Alves	Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Des. José Fernandes de Lemos	Des. Antônio Carlos Alves da Silva
Des. Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes	Des. Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto
Des. Jovaldo Nunes Gomes	Des. José Ivo de Paula Guimarães
Des. Fernando Eduardo de Miranda Ferreira	Des. Josué Antônio Fonseca de Sena
Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves	Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres	Des. Itabira de Brito Filho
Des. Leopoldo de Arruda Raposo	Des. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
Des. Marco Antônio Cabral Maggi	Des. Roberto da Silva Maia
Des. Roberto Ferreira Lins	Des. Jorge Américo Pereira de Lira
Des. Adalberto de Oliveira Melo	Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos	Des. Stênio José de Sousa Neiva Coêlho
Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo	Des. André Oliveira da Silva Guimarães
Des. Alberto Nogueira Virgínio	Des. Odilon de Oliveira Neto
Des. Antônio Fernando Araújo Martins	Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti
Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto	Des. Itamar Pereira da Silva Júnior
Des. Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes	Des. Evandro Sérgio Netto de Magalhães Melo
Des. Antônio de Melo e Lima	Desa. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira
Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello	Des. Eudes dos Prazeres França
Des. Antenor Cardoso Soares Júnior	Des. Carlos Frederico Gonçalves de Moraes
Des. José Carlos Patriota Malta	Des. Fábio Eugênio Dantas de Oliveira Lima
Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção	Des. Márcio Fernando de Aguiar Silva
Des. Eurico de Barros Correia Filho	Des. Humberto Costa Vasconcelos Júnior
Des. Mauro Alencar de Barros	Des. Waldemir Tavares de Albuquerque Filho
Des. Fausto de Castro Campos	Des. José Viana Ulisses Filho
Des. Francisco Manoel Tenório dos Santos	Cargo Vago

Palácio da Justiça - Praça da República, s/n
Santo Antônio - Recife - PE
CEP: 50010-040

Telefones: (81) 3419.3311

Site: www.tjpe.jus.br

Dúvidas / Sugestões: diario.eletronico@tjpe.jus.br

Telefones: (81) 3182.0487

Coordenação e Gerenciamento:

Ângela Carolina Porto Camarotti
Carlos Gonçalves da Silva

Diretoria de Documentação Judiciária:

André Fabiano Oliveira Santos
Maria José Alves

Gerência de Jurisprudência e Publicações:

Rogério Martins dos Santos

Chefia da Unidade de Diário de Justiça Eletrônico:

Cláudia Simone Barros de Queiroz

Produção e Editoração:

Ana Paula Santos da Silva Vasconcelos
Marcia Maria Ramalho da Silva

Diário da Justiça Eletrônico - Poder Judiciário de Pernambuco.

Documento assinado digitalmente conforme MP n. 2.200-2/2001 de 24.8.2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, podendo ser acessado através do endereço eletrônico <http://www.tjpe.jus.br>

Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves

Presidente

CONVOCAÇÃO

A PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO CONVOCA OS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DESEMBARGADORES, NA FORMA DO ART. 3º, PARÁGRAFO ÚNICO, C/C O ART. 21, INCISO V, DO REGIMENTO INTERNO (RESOLUÇÃO 84/96), PARA UMA **SESSÃO SOLENE DO TRIBUNAL PLENO**, A REALIZAR-SE NO PRÓXIMO **DIA 04 (QUATRO) DE FEVEREIRO DE 2016, QUINTA-FEIRA, ÀS 17H (DEZESSETE HORAS)**, NA SALA DES. ANTÔNIO DE BRITO ALVES, OCASIÃO EM QUE OS EXMOS. DESEMBARGADORES LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO, ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO, ANTÔNIO FERNANDO ARAÚJO MARTINS E ROBERTO FERREIRA LINS, TOMARÃO POSSE, RESPECTIVAMENTE, NOS CARGOS DE PRESIDENTE, 1º VICE-PRESIDENTE, 2º VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA, COMO INTEGRANTES DA MESA DIRETORA DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA NO BIÊNIO FEV/2016 A FEV/2018.

Recife, 01 de fevereiro de 2016.

DES. FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES

Presidente

PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DE PERNAMBUCO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

INSTRUÇÃO NORMATIVA TJPE Nº 06, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016

EMENTA: Autoriza, em caráter experimental, a instituição do Regime de Teletrabalho, fixa condições e metas específicas de produtividade e institui o Regulamento do Teletrabalho, no âmbito da Diretoria Cível do 1º Grau, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando que o artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal assegura a todos “a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”;

Considerando os princípios insculpidos no art. 37 da Constituição Federal, que pautam a atuação da administração pública, em especial o da eficiência;

Considerando o disposto na Resolução CNJ nº 194, de 26 de maio de 2014, que institui Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição;

Considerando a progressiva implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe nas unidades judiciais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco;

Considerando que a implantação do sistema de processo eletrônico - PJe, possibilita o trabalho remoto ou à distância;

Considerando a instituição da Diretoria Cível do 1º Grau da Capital, pela Instrução Normativa TJPE nº 09, de 08 de setembro de 2015, da Presidência do TJPE, bem assim a necessidade de regulamentar o teletrabalho no âmbito da referida unidade judiciária, de modo a definir critérios e requisitos para a sua prestação, mediante controle de acesso e avaliação permanente do desempenho e das condições de trabalho;

Considerando que, nos termos do art. 8º da Instrução Normativa TJPE nº 09, de 08 de setembro de 2015, da Presidência do TJPE, mediante proposição do Juiz Coordenador, a Presidência do Tribunal poderá autorizar a atuação de servidor lotado na Diretoria Cível do 1º Grau da Capital em regime de teletrabalho, mediante fixação de condições e metas específicas de produtividade, aferíveis por meio de critérios objetivos a partir de relatórios extraídos do Sistema PJe;

Considerando a previsão contida no art. 9º da Instrução Normativa TJPE nº 09/2015, segundo a qual o Juiz Coordenador do Projeto Piloto deverá apresentar proposta de Metas de Produtividade para os servidores lotados na Diretoria Cível do 1º Grau da Capital, distinguindo as destinadas aos servidores que estejam em regime de atuação exclusivamente presencial daquelas a serem fixadas para os servidores em regime de teletrabalho, de forma que as destinadas a estes últimos exijam maior produtividade que as fixadas para aqueles;

Considerando que a melhoria da gestão de pessoas é um dos macrodesafios do Poder Judiciário, a teor da Resolução CNJ 198, o que compreende a necessidade de motivar e comprometer as pessoas, bem como buscar o aperfeiçoamento do clima organizacional e da qualidade de vida dos servidores;

Considerando as vantagens e benefícios diretos e indiretos advindos do teletrabalho para a administração, para o servidor e para a sociedade;

Considerando a preocupação com a qualidade de vida dos servidores, principalmente no que concerne à mobilidade nos grandes centros urbanos e os consequentes reflexos na produtividade;

Considerando a possibilidade de incremento da produtividade decorrente dos recursos tecnológicos de informação e de comunicação disponíveis;

Considerando a experiência bem sucedida nos órgãos do Poder Judiciário que já adotaram tal medida, a exemplo do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Regionais Federais da 3ª e 4ª Região; e dos Tribunais de Justiça dos Estados de São Paulo e Santa Catarina;

Considerando o disposto no Ofício nº 11/2016-DIRCIV1GRAU, por meio do qual, em cumprimento ao disposto no art. 9º da Instrução Normativa TJPE nº 09/2015, a Exma. Sra. Juíza Cintia Daniela Bezerra de Albuquerque, Coordenadora da Diretoria Cível do Primeiro Grau, sugere condições e metas específicas de produtividade para os servidores lotados na unidade em regime de trabalho exclusivamente presencial e para os que venham a ser autorizados a atuar em regime, integral ou parcial, de teletrabalho;

Considerando, finalmente, a necessidade de regulamentar o teletrabalho, no âmbito da Diretoria Cível do 1º Grau, de modo a definir critérios e requisitos para a sua prestação;

RESOLVE :

Art. 1º INSTITUIR o Regulamento do Teletrabalho, no âmbito da Diretoria Cível do 1º Grau, nos termos do Anexo Único da presente Instrução Normativa.

Art. 2º AUTORIZAR, em caráter experimental, a instituição do Regime de Teletrabalho, integral e/ou parcial, para servidores lotados na Diretoria Cível do 1º Grau, nos termos do disposto na Instrução Normativa TJPE nº 09, de 08 de setembro de 2015, e no Regulamento constante do Anexo Único da presente Instrução Normativa.

Art. 3º FIXAR as metas mensais de produtividade para os servidores que atuem nos Núcleos de Processamento Remoto da Diretoria Cível do 1º Grau, nos seguintes termos:

I – os servidores que atuem em regime de trabalho exclusivamente presencial deverão atingir meta mensal de 500 (quinhentos) atos ou movimentações nos processos de sua responsabilidade;

II – haverá incremento de 30% (trinta por cento) na meta definida no inciso I deste artigo para os servidores em que atuem em regime de teletrabalho integral, e de 10% (dez por cento) para os servidores em regime de teletrabalho parcial;

III – considerar-se-á atingida a meta sempre que, ao final de cada mês, for observada, nos processos de responsabilidade do servidor, a inexistência de atos cartorários pendentes de cumprimento por prazo superior a 01 (um) dia, independentemente do número de atos ou movimentações praticados;

IV – todos os atos cartorários a cargo dos servidores em atuação nos Núcleos de Processamento Remoto da Diretoria Cível do 1º Grau deverão ser cumpridos no prazo máximo de 05 (cinco) dias, exceto quando sua finalização depender da assinatura do magistrado, hipótese em que o prazo renovar-se-á após o lançamento da mesma.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação.

Recife-PE, 1º de fevereiro de 2016.

Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves

Presidente

ANEXO ÚNICO

REGULAMENTO DO TELETRABALHO NO ÂMBITO DA DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As atividades dos servidores lotados na Diretoria Cível do 1º Grau do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco poderão ser executadas, fora das dependências físicas do TJPE, na modalidade de teletrabalho, observadas as diretrizes, termos e condições estabelecidos neste Regulamento.

Art. 2º São objetivos do teletrabalho:

I – aumentar a produtividade e a qualidade do trabalho dos servidores;

II – promover meios para atrair, motivar e comprometer os servidores com os objetivos da instituição;

III – economizar tempo e custo de deslocamento dos servidores até o local de trabalho;

IV – contribuir para a melhoria de programas socioambientais, com a diminuição de poluentes e a redução no consumo de água, esgoto, energia elétrica, papel e de outros bens e serviços disponibilizados nos órgãos do Poder Judiciário;

V – ampliar a possibilidade de trabalho aos servidores com dificuldade de deslocamento; e

VI – possibilitar a melhoria da qualidade de vida dos servidores.

Art. 3º A realização do teletrabalho é facultativa, pautada pelos critérios da conveniência e da oportunidade do serviço público, ficando restrita às atribuições em que seja possível, em função da característica do serviço, mensurar objetivamente o desempenho, não se constituindo direito adquirido ou dever do servidor.

§1º Compete ao Juiz Coordenador da Diretoria Cível do 1º Grau indicar, dentre os servidores interessados e à vista da anuência do Diretor de Processamento Remoto da Diretoria Cível do 1º Grau, aqueles que poderão atuar em regime de teletrabalho, observando-se o disposto no art. 5º deste Regulamento.

§2º A participação do servidor no regime de teletrabalho dependerá de prévia autorização do Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

§3º A autorização para atuação do servidor em regime de teletrabalho terá caráter precário, provisório e periódico, podendo ser revogada pela Presidência a qualquer tempo, de ofício ou por indicação do Juiz Coordenador da Diretoria Cível do 1º Grau.

§4º O Juiz Coordenador da Diretoria Cível do 1º Grau encaminhará à Presidência relatório de produtividade do servidor que esteja atuando em regime de teletrabalho, indicando a revogação ou a renovação da autorização, ao final de cada 6 (seis) meses, salvo se autorização tiver sido revogada antes.

§5º Os servidores autorizados a ingressar no regime de teletrabalho deverão observar e se sujeitarão às regras deste Regulamento, sem prejuízo de outras que vierem a ser editadas pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco.

§6º A execução do serviço em regime de teletrabalho estará sujeita a aferições mensais de produtividade, que fundamentarão a decisão sobre a manutenção não da autorização anteriormente concedida.

§7º A SETIC - Secretaria de Tecnologia da Informação e da Comunicação do TJPE disponibilizará relatórios de produtividade dos servidores lotados nos Núcleos de Processamento Remoto da Diretoria Cível.

§8º As aferições mensais de produtividade dos servidores que atuem em regime de teletrabalho, parcial ou integral, serão realizadas pela Chefias Imediatas e Mediatas dos servidores e pela Comissão de Gestão do Teletrabalho especificamente constituída para esse fim pela Secretaria de Gestão de Pessoas.

DO REGIME E DAS CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DO TELETRABALHO

Art. 4º O teletrabalho será realizado ordinariamente em regime parcial, obedecendo escala de revezamento mensal, e, extraordinariamente, em regime integral, com período de duração pré-estabelecido no ato de sua concessão.

I – O regime parcial de teletrabalho é aquele em que parte do serviço pode ser realizado fora das dependências do TJPE, podendo se dar por até 02 (dois) dias semanais, e, excepcionalmente, por até 03 (três) dias semanais;

II – O regime integral de teletrabalho é aquele em que todo o serviço pode ser realizado fora das dependências do TJPE, podendo estender-se por até 12 (doze) meses, prorrogáveis;

§1º O servidor interessado no regime de teletrabalho deverá dirigir requerimento escrito ao Diretor de Processamento Remoto da Diretoria Cível do 1º Grau, indicando a modalidade de preferência – integral ou parcial – assim como o horário e local em que executará, de ordinário, suas atribuições.

§2º Nas hipóteses de regime integral de teletrabalho, o servidor interessado poderá requerer ao Presidente do Tribunal de Justiça que autorize o exercício de suas atividades em qualquer Estado da Federação, ou no exterior, correndo às suas expensas todas as despesas decorrentes de sua localização, locomoção e comunicação, vedada a restituição de qualquer valor.

§3º Para atuar no regime de teletrabalho o servidor deverá dispor e manter, às suas expensas, de infraestrutura física e tecnológica adequadas à realização dos trabalhos de maneira segura e tempestiva, conforme especificações fornecidas pela SETIC – Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – e, no caso de teletrabalho integral, de equipamentos específicos para a realização periódica de videoconferência com seus gestores.

§4º O servidor em regime de teletrabalho integral ou parcial pode, sempre que entender conveniente ou necessário, executar suas atribuições nas dependências da Diretoria Cível do 1º Grau, mediante prévia comunicação e anuência dos gestores da unidade, que farão as devidas anotações.

§5º O servidor em regime de teletrabalho poderá solicitar o retorno ao regime presencial, mediante requerimento escrito dirigido ao Diretor de Processamento Remoto da Diretoria Cível do 1º Grau.

Art. 5º A indicação de que trata o §1º do art. 3º deste Regulamento deverá observar as seguintes diretrizes:

I - os servidores efetivos poderão participar do regime parcial de teletrabalho após atuação presencial na unidade por, pelo menos, 03 (três) meses;

II - só poderão participar do regime integral de teletrabalho, após atuação presencial na unidade por, pelo menos, 06 (seis) meses, os servidores efetivos e estáveis;

III – os servidores que estejam em estágio probatório só poderão participar do regime parcial de teletrabalho;

IV - não poderão participar do regime de teletrabalho servidores que tenham sofrido penalidade disciplinar prevista no artigo 199 da Lei nº 6.123/1968, do Estado de Pernambuco, ou os que exerçam funções de direção, supervisão e chefia;

V - terão prioridade os servidores portadores de necessidades especiais;

VI – dentre os servidores sem deficiência terão preferência aqueles cujo perfil mais se ajuste à realização do teletrabalho, assim considerados os que tenham demonstrado comprometimento com as tarefas recebidas e habilidades de autogerenciamento do tempo e organização;

VII - o limite de servidores em regime de teletrabalho integral na Diretoria Cível do 1º Grau é de 30% (trinta por cento) do total de servidores lotados na unidade, admitida excepcionalmente a extensão a 50% (cinquenta por cento), a critério da presidência, facultada aos demais a participação no regime de teletrabalho parcial em sistema de escala, assegurando-se a presença, nas dependências físicas da Diretoria Cível do 1º Grau, de pelo menos um terço dos servidores lotados nesta unidade;

VIII - não poderá haver diminuição na capacidade plena de atendimento ao público externo.

Art. 6º Escolhidos os participantes do teletrabalho, o Diretor de Processamento Remoto da Diretoria Cível do 1º Grau comunicará os nomes à Secretaria de Gestão de Pessoas para fins de:

I - registro nos assentamentos funcionais;

II – disponibilização no sítio eletrônico do TJPE, no Portal da Transparência, dos nomes dos servidores que atuam no regime de teletrabalho, com atualização mínima semestral;

III - aferições mensais de produtividade, a serem realizadas pela Comissão de Gestão do Teletrabalho da Secretaria de Gestão de Pessoas.

Art. 7º Os servidores que forem autorizados a ingressar no regime de teletrabalho deverão assinar Termo de Responsabilidade, conforme modelo constante no Anexo I deste Regulamento.

Parágrafo único. O Termo de Responsabilidade deverá ser encaminhado, fisicamente ou por meio eletrônico, à Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP, para anotação nos assentamentos funcionais do servidor.

Art. 8º A fixação das metas de produtividade mensal dos servidores em regime de teletrabalho terá como referência a meta de produtividade dos servidores que executam as mesmas atividades nas dependências da Diretoria Cível do 1º Grau exclusivamente em regime presencial de trabalho, devendo haver um incremento de, no mínimo:

I - 10% (dez por cento) superior, para o regime parcial de teletrabalho; e

II - 30% (trinta por cento) superior, para o regime integral de teletrabalho.

§1º A meta de produtividade dos servidores em regime presencial de trabalho será estabelecida pelo Presidente do Tribunal de Justiça, mediante proposição do Juiz Coordenador da Diretoria Cível do 1º Grau.

§2º O cumprimento das metas de produtividade, que equivalerá, ao cumprimento da respectiva jornada de trabalho, será acompanhado pelo Diretor de Processamento Remoto da Diretoria Cível do 1º Grau, o qual encaminhará relatório mensal ao Juiz Coordenador da Diretoria Cível do 1º Grau e à Comissão de Gestão do Teletrabalho da Secretaria de Gestão de Pessoas.

§3º O dia de atividade em teletrabalho corresponderá a 01 (um) dia normal de jornada de trabalho e será considerado para todos os fins de direito, incluído o auxílio alimentação e excluído o auxílio transporte.

§4º Na hipótese de atraso injustificado ou não cumprimento das metas previamente estabelecidas, o servidor não se beneficiará da equivalência de jornada a que alude o §2º deste artigo, competindo ao Diretor de Processamento Remoto da Diretoria Cível do 1º Grau estabelecer regra para a compensação, sem prejuízo do disposto nos §§ 1º e 2º do art. 11 deste Regulamento.

Art. 9º O servidor será desligado do regime de teletrabalho, por ato do Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco:

- I – a pedido;
- II – de ofício, nas seguintes hipóteses:
 - a) pelo não atingimento das metas e/ou não cumprimento das regras estabelecidas pela Administração;
 - b) pela finalização ou descontinuidade do teletrabalho;
 - c) no interesse da Administração ou por necessidade da prestação de serviços presenciais.

DIREITOS DOS SERVIDORES EM REGIME DE TELETRABALHO

Art. 10. São direitos do servidor participante do trabalho remoto:

- I – deixar de comparecer nas dependências físicas da Diretoria Cível do 1º Grau nos dias de teletrabalho, salvo se lhe for solicitado;
- II – computar como dias efetivamente trabalhados o período de teletrabalho;
- III – gerenciar o tempo a ser disponibilizado ao teletrabalho, respeitado o horário de funcionamento das Seções ou Varas sob sua responsabilidade.
- IV – solicitar o retorno ao trabalho presencial, com antecedência de 10 (dez) dias.

DEVERES DOS SERVIDORES EM REGIME DE TELETRABALHO

Art. 11. Constituem deveres do servidor participante do regime de teletrabalho:

- I - cumprir, no mínimo, a meta de produtividade estabelecida pela Presidência do Tribunal de Justiça, dentro dos prazos fixados e com a qualidade exigida pelos gestores da unidade;
- II - atender às convocações para comparecimento às dependências do Tribunal de Justiça, em especial à sua unidade de lotação;
- III - manter-se em condições de pronto retorno ao regime de trabalho presencial;
- IV - manter telefone de contato permanentemente atualizado e ativo;
- V - consultar diariamente sua caixa individual de correio eletrônico ou outro canal de comunicação institucional previamente estabelecido;
- VI - manter seu Supervisor de Processamento Remoto informado, por meio de mensagem dirigida à caixa de correio eletrônico ou outro canal de comunicação institucional previamente definido, sobre a evolução do trabalho, indicando eventuais dificuldades, dúvidas, ou informações que possam prejudicar o bom andamento das atividades sob sua responsabilidade;
- VII - submeter-se às aferições mensais de produtividade.
- VIII - dispor, às suas expensas, de infraestrutura física e tecnológica necessárias e adequadas à realização dos trabalhos de maneira segura e tempestiva, observados os requisitos mínimos de hardware e software especificados pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal de Justiça;
- IX - preservar o sigilo dos dados acessados de forma remota, mediante observância das normas internas de segurança da informação, bem como manter atualizados os sistemas informatizados institucionais instalados nos equipamentos em uso;
- X - estar disponível para o trabalho nos mesmos horários de funcionamento das Seções ou Varas sob sua responsabilidade;
- XI – comunicar imediatamente ao Diretor de Processamento Remoto da Diretoria Cível do 1º Grau a perda ou roubo do token de uso individual, bem como a ocorrência de defeitos técnicos, a fim de que seja solicitado novo token/certificação digital, conforme o caso;

§1º No caso de descumprimento do prazo e das metas fixados para a realização das tarefas de sua responsabilidade, o servidor deverá prestar esclarecimentos ao respectivo Supervisor de Processamento Remoto, os quais serão submetidos à apreciação do Diretor Executivo da Diretoria Cível de 1º Grau.

§2º Considerados improcedentes os esclarecimentos, caberá ao Diretor Executivo ou ao Diretor de Processamento Remoto da Diretoria Cível do 1º Grau levar à superior consideração do Juiz Coordenador a sugestão de desligamento do servidor do regime de teletrabalho, para posterior encaminhamento, em caso de concordância deste, ao Presidente do Tribunal de Justiça.

DEVERES DOS GESTORES DA DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU EM RELAÇÃO AO REGIME DE TELETRABALHO

Art. 12. São atribuições dos Supervisores de Processamento Remoto:

- I – acompanhar e avaliar o trabalho do servidor em regime de teletrabalho;
- II – observar a adaptação dos servidores em regime de teletrabalho;
- III – aferir e monitorar o cumprimento das metas estabelecidas;
- IV – manter arquivado, na unidade, de relatório mensal de ocorrências do teletrabalho.

Art. 13. São atribuições do Diretor Executivo de Diretoria de Processamento Remoto:

- I – emitir parecer sobre os requerimentos formulados pelos servidores interessados no regime de teletrabalho;
- II – analisar os relatórios de acompanhamento de teletrabalho elaborados pelos Supervisores de Processamento Remoto;
- III - encaminhar relatório mensal de produtividade dos servidores que atuam em regime de teletrabalho, com parecer, ao Juiz Coordenador da Diretoria Cível do 1º Grau e à Comissão de Gestão do Teletrabalho da Secretaria de Gestão de Pessoas;
- IV – sugerir e reavaliar a proposta de metas para o teletrabalho e trabalho presencial, em conjunto com o Diretor de Diretoria de Processamento Remoto;
- V – sugerir, motivadamente, o desligamento de servidor do regime de teletrabalho;
- VI – dar parecer e seguimento aos requerimentos de retorno ao regime presencial de trabalho, formulados por servidores que atuem em regime de teletrabalho.

Art. 14. São atribuições do Diretor de Diretoria de Processamento Remoto:

- I – manifestar anuência ou não nos requerimentos de autorização para teletrabalho que lhe forem apresentados pelos servidores interessados;
- II - sugerir a reavaliação da proposta de metas para o teletrabalho.
- III - encaminhar ao Juiz Coordenador a sugestão motivada de desligamento do servidor em regime de teletrabalho.
- IV - emitir relatórios gerenciais periódicos sobre o desenvolvimento das atividades pelos servidores que ingressaram no regime de teletrabalho.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Não haverá ressarcimento de eventuais despesas, de nenhuma espécie, para o servidor que atue em regime de teletrabalho, parcial ou integral, ressalvado o pagamento de auxílio transporte proporcional aos dias de trabalho presencial na Diretoria Cível do 1º Grau que devessem ter sido realizados no regime de teletrabalho.

Art. 16. Considerando a peculiaridade do regime, os servidores em teletrabalho não terão direito à percepção de remuneração por horas extraordinárias.

Art. 17. Compete à SETIC – Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação:

- I – especificar os requisitos mínimos de hardware e software necessários para a realização de teletrabalho por servidores da Diretoria Cível do 1º Grau;
- II – disponibilizar relatórios de produtividade dos servidores lotados nos Núcleos de Processamento Remoto da Diretoria Cível do 1º Grau.

Art. 18. Comete à Secretaria de Gestão de Pessoas:

- I – manter atualizados os registros relativos aos servidores que atuem em regime de teletrabalho, nos respectivos assentamentos funcionais;
- II – manter atualizada a lista nomes dos servidores que atuam no regime de teletrabalho de no Portal da Transparência do sítio eletrônico do TJPE;
- III – constituir Comissão de Gestão do Teletrabalho, com o objetivo de:
 - a) realizar aferições mensais de produtividade dos servidores que atuem em regime de teletrabalho e propor os aperfeiçoamentos necessários;
 - b) apresentar relatórios semestrais à Presidência, com descrição dos resultados aferidos e dados sobre o cumprimento ou não dos objetivos descritos no art. 2º deste Regulamento;
 - c) analisar e sugerir, fundamentadamente, respostas às eventuais dúvidas apresentadas e aos casos omissos.

Parágrafo único. A Comissão de Gestão do Teletrabalho de que trata este artigo deverá ser composta, no mínimo, por um magistrado, pelo Diretor de Processamento Remoto da Diretoria Cível do 1º Grau, por um servidor da Diretoria de Saúde e por dois servidores da área de gestão de pessoas.

Art. 19. O Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco decidirá sobre os casos omissos.

Art. 20. Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

Recife, 1º de fevereiro de 2016.

Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

Presidente

**ANEXO I DO REGULAMENTO DO TELETRABALHO
NO ÂMBITO DA DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU**

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE SERVIDOR EM REGIME DE TELETRABALHO

Eu, _____, ocupante do cargo de _____, matrícula nº _____, lotado na Diretoria Cível do 1º Grau, autorizado a trabalhar no Regime de Teletrabalho, na modalidade _____, na conformidade do Ato nº ____/____ (DJe de ____/____/____) declaro estar ciente de todos os termos do Regulamento do Teletrabalho no âmbito da Diretoria Cível do 1º Grau constante do Anexo Único da Instrução Normativa TJPE nº _____ (DJe ____/____/____), comprometendo-me e cumprir a meta de produtividade definida naquele ato normativo, a desempenhar minhas funções com responsabilidade e comprometimento, e a observar as normas definidas no Regulamento e nos demais instrumentos normativos do Tribunal de Justiça de Pernambuco, e os Princípios da Administração Pública.

Recife, ____/____/20__.

Assinatura do Servidor

PARA USO EXCLUSIVO DA DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU Nº ATO DA PRESIDÊNCIA: ____/20__ (DJE Nº ____/20__)
PERÍODO DA AUTORIZAÇÃO.
INÍCIO: ____/____/20__
TÉRMINO: ____/____/20__
EFETIVO RETORNO: ____/____/20__
OBS.: _____

O EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, EXAROU EM DATA DE 29 DE JANEIRO DE 2016, A SEGUINTE DECISÃO:

Processo nº 1195/15 (RP 80810/15)

Requerente: Juiz Edmilson Cruz Júnior

Assunto: Ajuda de custo para mudança e transporte

DECISÃO

Trata-se de requerimento por meio do qual o Magistrado Edmilson Cruz Júnior solicita ajuda de custo para mudança e transporte, nos termos do art. 144, XVI, do COJE, decorrentes de sua promoção para o 3º Juizado Especial Criminal da Capital, perfazendo o valor total R\$ 9.641,50 (nove mil seiscentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos), conforme notas fiscais colacionadas (fl. 05/06).

A Secretaria Judiciária deste Tribunal informa (fl. 02v) que o Requerente foi promovido por meio do Ato nº 591/15, da Comarca de Petrolina para a Comarca do Recife.

O Juiz Corregedor Auxiliar de 2ª Entrância ofertou parecer (fls.13/14) opinando pelo deferimento do pedido.

Ato contínuo, o Corregedor Geral da Justiça profere decisão (fl. 16) favorável à pretensão.

É o relatório. Decido.

O Magistrado promovido ou removido, com mudança de residência de uma para outra comarca ou circunscrição, devidamente constatada pela Corregedoria Geral da Justiça, faz jus à percepção de ajuda de custo, no percentual de até 100% (cem por cento) do subsídio correspondente à classe ou categoria da carreira, vigente no momento do pagamento, para fazer face às despesas efetivamente realizadas com mudança e transporte, mediante comprovação idônea, conforme preceitua os dispositivos legais pertinentes que, por comodidade, transcreve-se:

“Lei Complementar Federal nº 35/79 (LOMAN):

Art. 65 - Além dos vencimentos, poderão ser outorgadas aos magistrados, nos termos da lei, as seguintes vantagens:

I - ajuda de custo, para despesas de transporte e mudança ;

(...)”